

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Lagoa 1 Energia Renovável S.A.

SUMÁRIO

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	13
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO.....	15
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE	16
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	18
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	19
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	20
2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	20
3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
4. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS COMPARATIVOS	34
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	36
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	36
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	37
8. INVESTIMENTOS	37
9. IMOBILIZADO	38
10. FORNECEDORES.....	39
11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	40
12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	42
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44
14. RECEITA LÍQUIDA	44
15. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA.....	46
16. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONIAS	46
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	47
18. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	48
19. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	49
20. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO	53
21. COMPROMISSOS.....	54
22. SEGUROS.....	54



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2018
Lagoa 1 Energia Renovável S.A. – Lagoa 1



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
1. LAGOA 1	5
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	6
4. ENDIVIDAMENTO	7
4.1 Cronograma de Vencimento	7
5. AUDITORES INDEPENDENTES	7
6. AGRADECIMENTOS	8
DISCLAIMER	8

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

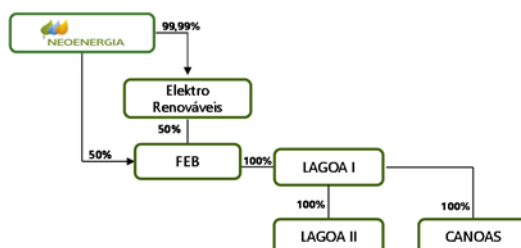
Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2018, a Lagoa 1 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2019, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. LAGOA 1

A empresa Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à empresa Força Eólica do Brasil S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, produto do 20º Leilão de Energia Nova (A-5) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, localizado nos municípios de Santa Luzia e São José do Sabugi (PB).

A empresa Lagoa 1 é controladora direta das empresas e parques eólicos Lagoa 2 e Canoas.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Lagoa 1 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 335 de 03/08/2015, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria.

O Parque Eólico firmou com 38 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com data de início de suprimento em 01 de janeiro de 2019 e vigência até 31 de dezembro de 2038.

Também foi assinado um contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) no Ambiente Livre, com a NC Energia, comercializadora do Grupo Neoenergia, de 15,3MW médios, com início de suprimento em 01 de outubro de 2017 e encerramento em 31 de dezembro de 2018.

Para atender aos prazos contratuais, as obras de implantação do empreendimento foram antecipadas para o segundo semestre de 2016 e concluídas em outubro, mesmo mês de obtenção dos despachos de operação em teste e comercial, esta segunda em 31 de outubro de 2017. O atraso em relação ao início de suprimento foi compensado por compra de lastro de energia.

Lagoa 1 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 31,5MW e energia contratada de 17,2MW médios. No ano de 2018, o Parque Eólico Lagoa 1 gerou 145,4GWh. A operação deste parque não está sob coordenação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, por estar conectado diretamente na rede de distribuição.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2018	2017	Varição %
Receita Operacional Bruta	31.409	11.002	185,48
Receita Operacional Líquida	28.154	9.732	189,29
Margem Operacional Líquida	11.327	4.169	171,70
EBITDA	37.500	13.935	169,1
Resultado Financeiro	(30.795)	(7.166)	329,74
Lucro Líquido	(868)	5.051	(117,18)
Margem Operacional (%)	40,23%	42,84%	(2,61)
Margem EBITDA (%)	133,20%	143,19%	(9,99)
Margem Líquida (%)	-3,08%	51,90%	(54,98)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	2018	2017	Varição %
Ativo Total	624.664	556.407	12,27
Dívida Bruta	366.960	297.292	23,43
Dívida Líquida ⁽³⁾	346.159	289.767	19,46
Patrimônio Líquido	236.378	207.150	14,11

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	2018	2017	Varição %
Dívida Líquida/EBITDA	9,23	20,79	(55,61)
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	1,22	1,94	(37,38)

⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA), e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2018	2017	Varição (R\$)	Varição (%)
Lucro líquido	(868)	5.051	(5.919)	(117,18)
Despesas financeiras	32.332	9.187	23.145	251,93
Receitas financeiras	(1.537)	(2.021)	484	(23,95)
Imposto de renda	-	765	(765)	(100,00)
Depreciação e Amortização	7.573	953	6.620	694,65
EBITDA	37.500	13.935	23.565	169,11

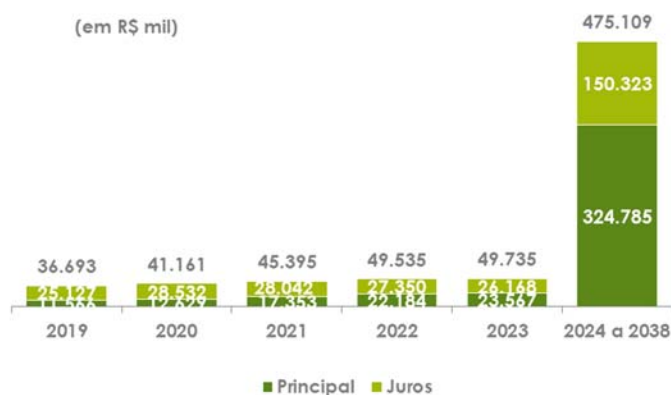
⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

Em 31 dezembro de 2018, a dívida bruta de Lagoa 1, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi de R\$ 366.960 mil (dívida líquida R\$ 346.159 mil), apresentando um aumento de 23,43% (R\$ 69.668 mil) em relação a Dezembro de 2017. Em relação à segregação do saldo devedor, Lagoa 1 possuía 94,86% da dívida contabilizada no longo prazo e 5,14% no curto prazo.

4.1 Cronograma de Vencimento

A companhia possui a maior concentração de dívida no longo prazo, a partir de 2024 até 2038, sendo 100% do volume dessa dívida representada pela liquidação das dívidas junto ao BNDES, somando um montante de R\$ 285.579 mil de pagamento de principal e pela liquidação da primeira série da primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 39.206 mil.



5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), com vigência de 36 meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$	% Em relação à Auditoria	Prazo (meses)
Auditoria	54.337	100,00%	36

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a KPMG.

A política de atuação do Grupo Neoenergia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

6. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Lagoa 1 Energia Renovável S.A. ("Lagoa 1"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Lagoa 1 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Lagoa 1.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Lagoa 1 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Lagoa 1 Energia Renovável S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lagoa 1 Energia Renovável S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lagoa 1 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para desmantelamento - individual e consolidado

Veja a Nota 3.5 f) e 12 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui registrado provisão para desmantelamento em 31 de dezembro de 2018 referente a obrigação assumida de retirada dos ativos do seu parque eólico ao final do prazo contrato de autorização. A estimativa dos custos associados exige considerável julgamento pela Companhia em relação a fatores como o período de utilização da área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto.</p> <p>Devido à relevância, complexidade e premissas envolvidas na avaliação, mensuração e definição do momento para o reconhecimento dessa provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Analisamos a consistência e a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia, incluindo o custo base das áreas a serem desmobilizadas, taxas de desconto e de risco. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisões, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.712	7.525	34.227	28.269
Contas a receber de clientes	6	6.952	12.618	14.462	22.216
Impostos e contribuições a recuperar	7	440	136	492	219
Dividendos a receber		5.579	2.121	-	-
Despesas pagas antecipadamente		214	-	286	-
Total do ativo circulante		33.897	22.400	49.467	50.704
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários		89	-	249	-
Depósitos Judiciais	12	168	29	267	55
Outros ativos não circulantes		-	-	2	-
Investimentos	8	386.102	333.221	-	-
Imobilizado	9	204.366	200.699	612.189	601.214
Intangível		42	57	68	83
Total do ativo não circulante		590.767	534.006	612.775	601.352
Total do ativo		624.664	556.406	662.242	652.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	10	14.840	45.572	41.478	131.246
Empréstimos e financiamentos	11	12.413	7.819	12.413	7.819
Debêntures	11	6.462	1.110	6.462	1.110
Impostos e contribuições a recolher		214	694	762	1.461
Dividendos e juros sobre capital próprio		1.033	1.033	1.033	1.033
Outros passivos circulantes		168	55	508	166
Total do passivo circulante		35.130	56.283	62.656	142.835
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	303.137	243.643	303.137	243.643
Debêntures	11	44.948	44.720	44.948	44.720
Provisões	12	1.797	1.369	5.316	3.992
Outros passivos não circulantes		3.274	3.241	9.807	9.716
Total do passivo não circulante		353.156	292.973	363.208	302.071
Patrimônio líquido	13				
Capital social		233.187	203.091	233.187	203.091
Reservas de capital		4.059	4.059	4.059	4.059
Prejuízo do exercício		(868)	-	(868)	-
Total do patrimônio líquido		236.378	207.150	236.378	207.150
Total do passivo e do patrimônio líquido		624.664	556.406	662.242	652.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	14	28.154	9.732	83.410	23.967
CUSTO DOS SERVIÇOS		(16.827)	(5.563)	(51.300)	(10.200)
Custos com energia elétrica	15	(7.534)	(4.380)	(23.489)	(5.332)
Custos de operação	16	(9.293)	(1.183)	(27.811)	(4.868)
LUCRO BRUTO		11.327	4.169	32.110	13.767
Outras Receitas/(Despesas) gerais e administrativas	16	(328)	(119)	(532)	(245)
Resultado de equivalência Patrimonial	8	18.928	8.932	-	-
LUCRO OPERACIONAL		29.927	12.982	31.578	13.522
Receitas financeiras	17	1.537	2.021	2.464	2.445
Despesas financeiras	17	(32.332)	(9.187)	(32.693)	(9.251)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(868)	5.816	1.349	6.716
Imposto de renda e contribuição social	18	-	(765)	(2.217)	(1.665)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(868)	5.051	(868)	5.051
Lucro básico e diluído por ação em R\$:					
Ordinária		(0,00)	0,02	(0,00)	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(868)	5.051	(868)	5.051
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício	(868)	5.051	(868)	5.051
Lucro básico e diluído por ação em R\$:				
Ordinária	(0,00)	0,02	(0,00)	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Controladora e consolidado

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos		
Saldos em 01 de janeiro de 2017	85.688	11	149	48	-	85.896
Integralização de capital	117.403	-	-	-	-	117.403
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.051	5.051
Destinações:						
Reserva legal	-	253	-	-	(253)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.110)	(1.110)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(90)	(90)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.598	-	(3.598)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	203.091	264	3.747	48	-	207.150
Integralização de capital	30.096	-	-	-	-	30.096
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(868)	(868)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	233.187	264	3.747	48	(868)	236.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (reclassificado)	2018	2017 (reclassificado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(868)	5.051	(868)	5.051
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	7.573	953	22.750	4.066
Equivalência patrimonial	(18.928)	(8.932)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	765	2.217	1.665
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais e outras receitas e despesas financeiras	30.418	6.715	30.411	6.714
Atualização das provisões para contingências	154	-	456	-
Atualização de títulos e valores mobiliários	(4)	(1.184)	(11)	(1.241)
	18.345	3.368	54.955	16.255
REDUÇÃO (AUMENTO) EM ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	5.666	(12.618)	7.754	(22.216)
IR e CSLL a recuperar	(283)	(637)	(484)	(717)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(21)	28	10	(25)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1.066	-	-	-
Depósitos judiciais	(130)	11	(197)	10
Despesas pagas antecipadamente	(214)	293	(286)	293
Outros ativos	-	-	(2)	-
	6.084	(12.923)	6.795	(22.655)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(30.732)	38.196	(89.768)	63.106
Encargos de dívidas pagos	(17.499)	(5.181)	(17.499)	(5.181)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-	(451)	(2.088)	(765)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(480)	665	(626)	822
Outros passivos	146	3.295	433	9.870
	(48.565)	36.524	(109.548)	67.852
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(24.136)	26.969	(47.798)	61.452
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	(61.052)	(284.598)	-	-
Aquisição de imobilizado	(10.951)	(152.729)	(32.842)	(451.368)
Aquisição de intangível	-	(16)	-	(16)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	(85)	1.673	(238)	1.754
Resgate de ágio na emissão de ações	22.575	-	-	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(49.513)	(435.670)	(33.080)	(449.630)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	30.096	117.403	30.096	117.403
Captação de empréstimos e financiamentos	72.794	390.899	72.794	390.899
Captação de debêntures	-	46.209	-	46.209
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(7.354)	(141.057)	(7.354)	(141.057)
Pagamentos de custos de captação	-	(287)	-	(287)
Depósitos em garantia	(8.700)	-	(8.700)	-
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	86.836	413.167	86.836	413.167
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	13.187	4.466	5.958	24.989
Caixa e equivalentes no início do exercício	7.525	3.059	28.269	3.280
Caixa e equivalentes no final do exercício	20.712	7.525	34.227	28.269
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.187	4.466	5.958	24.989
Transações que não envolveram caixa:				
Provisão para desmantelamento	289	1.322	883	3.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	31.409	11.002	89.178	26.157
	<u>31.409</u>	<u>11.002</u>	<u>89.178</u>	<u>26.157</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(3.823)	(4.058)	(11.589)	(4.059)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(4.400)	(322)	(12.589)	(1.273)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.113)	(233)	(2.956)	(638)
	<u>(9.336)</u>	<u>(4.613)</u>	<u>(27.134)</u>	<u>(5.970)</u>
Valor adicionado bruto	22.073	6.389	62.044	20.187
Depreciação e amortização	(7.573)	(953)	(22.750)	(4.066)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	14.500	5.436	39.294	16.121
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	1.612	2.120	2.539	2.544
Resultado de equivalência patrimonial	18.928	8.932	-	-
	<u>20.540</u>	<u>11.052</u>	<u>2.539</u>	<u>2.544</u>
Valor adicionado total a distribuir	35.040	16.488	41.833	18.665
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	145	29	437	89
Encargos sociais (exceto INSS)	13	4	39	8
Auxílio alimentação	9	-	27	6
Convênio assistencial e outros benefícios	-	5	-	5
Provisão para férias e 13º salário	26	3	78	9
Plano de saúde	5	2	15	6
Participações nos resultados	52	-	156	-
Outros	1	-	1	5
Subtotal	<u>251</u>	<u>43</u>	<u>753</u>	<u>128</u>
Impostos, taxas e contribuições				
INSS (sobre folha de pagamento)	47	8	141	25
PIS/COFINS	2.546	1.369	4.856	2.289
Imposto de renda e contribuição social	-	765	2.217	1.665
Obrigações intra-setoriais	95	-	298	-
Outros	33	2	143	4
Subtotal	<u>2.721</u>	<u>2.144</u>	<u>7.655</u>	<u>3.983</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	32.332	9.187	32.693	9.251
Aluguéis	604	63	1.600	252
Subtotal	<u>32.936</u>	<u>9.250</u>	<u>34.293</u>	<u>9.503</u>
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos distribuídos	-	1.200	-	1.200
Lucro retido (Reserva Legal)	-	253	-	253
Reserva de retenção de lucro	-	3.598	-	3.598
Prejuízo do exercício	(868)	-	(868)	-
Subtotal	<u>(868)</u>	<u>5.051</u>	<u>(868)</u>	<u>5.051</u>
Valor adicionado distribuído	35.040	16.488	41.833	18.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lagoa 1 Energia Renovável S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de dezembro de 2014, controlada integralmente pela Força Eólica do Brasil S.A., cujo objeto social contempla a participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista, prospecção de novos negócios na área de geração de energia elétrica e atuação no mercado de geração de energia elétrica.

A Companhia é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, localizado no município de Santa Luzia, Paraíba, que conta com 15 (quinze) aerogeradores e com capacidade instalada de 31,5 MW e garantia física de 18,7 MW médios.

A Lagoa 1 Energia Renovável S.A. está autorizada a operar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, contados a partir de agosto de 2015 e iniciou sua operação comercial em 31 de outubro de 2017, quando a energia produzida pelas unidades geradoras ficou disponível no SIN (Sistema Interligado Nacional).

A Companhia possui participação direta nos parques eólicos listados abaixo:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
Canoas	São José do Sabugi - PB	31,5	17,7	03/08/2015	03/08/2050
Lagoa 2	Santa Luzia - PB	31,5	17,5	03/08/2015	25/07/2050

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 1.233 (R\$ 13.189 em 31 de dezembro de 2017) e prevê que a geração de caixa adicional será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e são compostas pelas informações contábeis da Lagoa 1 e de suas controladas.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. As empresas controladas estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	Percentual de Participação (%)	
		2018	2017
		Direta	Direta
Canoas Energia Renovável S.A. - Canoas	Geração eólica	100,00%	100,00%
Lagoa 2 Energia Renovável S.A. - Lagoa 2	Geração eólica	100,00%	100,00%

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” - International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 20 de Instrumentos Financeiros.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vide nota explicativa nº 14;
- (ii) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 19;
- (iii) Depreciação registrada de acordo com a estimativa de vida útil dos ativos conforme nota nº 9.
- (iv) Reconhecimento de provisões para desmantelamento por meio de avaliação dos custos necessários para desmobilização dos ativos, provisões para ressarcimento por meio de estudos realizados pelos especialistas baseados em relatórios emitidos pela CCEE e provisões para riscos fiscais, cíveis, ambientais, trabalhistas e regulatórias, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 12;

3.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, além de outros créditos realizáveis por caixa.

O Grupo reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que o Grupo não transfere nem

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

retêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detêm o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

(a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto

(b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável, no reconhecimento inicial, para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que o Grupo altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são mensurados ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;

- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pelo Grupo.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, o Grupo considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

O Grupo classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
 - mantidos para negociação;
 - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - designado ao VJR.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

d) *Impairment* de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia efetuou análise para alguns de seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

(i) Provisões para desmobilização de ativos

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmantelamento de ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e estão sendo depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

g) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

O Grupo possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 3.6. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 19.

h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas controladas da Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 4.6.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

i) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

j) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

k) Informações por segmento

A Companhia possui a geração de energia elétrica como seu único segmento operacional.

3.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

I - Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)

O Grupo adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, o Grupo não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado.

Esta norma requer que o Grupo deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

O Grupo reconhece a receita de geração de energia pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia produzida é provisionada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais.

O Grupo reconhece a receita pela comercialização de energia na CCEE pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

A adoção da IFRS 15/CPC 47 não gerou impacto em ambas receitas nas demonstrações financeiras da Companhia.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

II - Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

O Grupo adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

- Classificação e Mensuração- Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros do Grupo, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis do Grupo.

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	VJR	11.310
Fundos de Investimento	VJR	VJR	16.959
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	22.216
Total de ativos financeiros			50.485
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	131.246
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	251.462
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	45.830
Total de passivos financeiros			428.538

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não gerou impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

III - Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

3.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia entende que a adoção da IFRS 16/CPC 06 não gerará impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

(ii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none">• Alterações em função da edição do CPC 06 (R2);• Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;• Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano;• Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;• Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017;• Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.	1º de janeiro de 2019
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>) e ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - <i>Uncertainty over Income Tax Treatments</i>)	Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.	1º de janeiro de 2019

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (IAS 26 - <i>Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans</i>)	Este pronunciamento técnico estabelece os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como "planos de benefício previdenciário", "planos de pensão", "planos de aposentadoria" ou "planos de benefício de aposentadoria". Este pronunciamento considera um plano de benefícios de aposentadoria como a entidade que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todos os outros pronunciamentos emitidos pelo CPC se aplicam às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por este pronunciamento.	1º de janeiro de 2019
IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 - <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 - <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020
IFRS 10 - <i>Consolidated Financial Statements</i> e IAS 28 - <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente publicadas em 01 de março de 2018.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados nas seguintes categorias:

- Mudança nas políticas contábeis.

4.1 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017.

Controladora

Demonstração do fluxo de caixa	2017	Ref.	Reclassificações	2017
	(Apresentado)			(Reclassificado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.816	(a)	(5.816)	-
Lucro líquido do exercício	-	(a)	5.051	5.051
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais	(2.448)	(a)	765	(1.683)
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(12.923)		-	(12.923)
Aumento (redução) dos passivos operacionais	36.524		-	36.524
Caixa gerado pelas atividades operacionais	26.969		-	26.969
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(435.670)		-	(435.670)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	413.167		-	413.167
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	4.466		-	4.466

Consolidado

Demonstração do fluxo de caixa	2017	Ref.	Reclassificações	2017
	(Apresentado)			(Reclassificado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.716	(a)	(6.716)	-
Lucro líquido do exercício	-	(a)	5.051	5.051
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais	9.539	(a)	1.665	11.204
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(22.655)		-	(22.655)
Aumento (redução) dos passivos operacionais	67.852		-	67.852
Caixa gerado pelas atividades operacionais	61.452		-	61.452
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(449.630)		-	(449.630)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	413.167		-	413.167
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	24.989		-	24.989

- (a) Reclassificação dos saldos do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para o lucro líquido do exercício, gerando impactos nos ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e depósitos bancários à vista	963	239	1.078	11.310
Fundos de Investimento	19.749	7.286	33.149	16.959
	20.712	7.525	34.227	28.269

Em 31 de dezembro de 2018, Caixa e equivalentes de caixa que é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

Fundos de investimento	Controladora		Consolidado		
	Carteira	2018	2017	2018	2017
BB Polo 28 FI Renda Fixa					
BB Top Curto Prazo					
Compromissadas com lastro de títulos públicos		11.697	7.063	18.291	16.342
Títulos públicos		487	218	762	605
Compromissadas com lastro de títulos públicos		12	5	18	12
		12.196	7.286	19.071	16.959
Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Recife					
Compromissadas com lastro de títulos públicos		7.552	-	14.077	-
Outros		1	-	1	-
		7.553	-	14.078	-
Total CEC - Fundos Exclusivos		19.749	7.286	33.149	16.959

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Partes Relacionadas	(a)	2.159	4.099	6.116	7.947
Comercialização de energia na CCEE	(b)	4.793	8.519	8.345	14.269
Total		6.952	12.618	14.462	22.216

- a) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia elétrica junto a NC Energia, cujo prazo de vigência terminou em 31 de dezembro de 2018, tendo prazo médio de recebimento de 30 dias.
- b) Refere-se aos créditos oriundos da liquidação positiva no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 60 dias com exceção das inadimplências que são rateadas entre os agentes de mercado.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Imposto de Renda - IR	(a)	394	111	425	142
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	20	20	20	20
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		-	3	-	32
Programa de Integração Social - PIS		4	-	4	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		17	-	17	-
Imposto sobre Serviços - ISS		5	2	5	2
Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	21	23
Total		440	136	492	219

- (a) O Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras.

8. INVESTIMENTOS

A seguir apresentamos informações sobre as investidas:

Controladas	Data-base	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício
	Patrimoniais / Resultado	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
CANOAS	2018	13.554	206.244	18.926	5.034	195.838	9.559
	2017	13.578	201.877	45.148	4.563	165.744	4.440
LAGOA 2	2018	7.595	201.865	14.177	5.019	190.264	9.369
	2017	16.845	198.693	43.523	4.538	167.477	4.492

Apresentamos a seguir a movimentação do saldo de investimentos da Controladora:

	Saldos em 01 de janeiro de 2017	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2017	
CANOAS	21.859	140.499	4.440	(1.054)	165.744	
LAGOA 2	19.951	144.101	4.492	(1.067)	167.477	
TOTAL	41.810	284.600	8.932	(2.121)	333.221	

	Saldos em 31 de dezembro de 2017	Aumento de capital	Resgate de ações em tesouraria	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2018
CANOAS	165.744	33.759	(10.937)	9.559	(2.287)	195.838
LAGOA 2	167.477	27.293	(11.638)	9.369	(2.237)	190.264
TOTAL	333.221	61.052	(22.575)	18.928	(4.524)	386.102

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados da controladora e do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				
	2018			2017	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,03%	44.174	(1.770)	42.404	153.085
Máquinas e equipamentos	3,13%	168.622	(6.752)	161.870	47.614
Veículos	14,29%	96	(4)	92	-
		212.892	(8.526)	204.366	200.699
Total		212.892	(8.526)	204.366	200.699

	Consolidado				
	2018			2017	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,03%	158.600	(6.703)	151.897	472.078
Máquinas e equipamentos	3,13%	480.211	(20.105)	460.106	129.136
Veículos	14,29%	194	(8)	186	-
		639.005	(26.816)	612.189	601.214
Total		639.005	(26.816)	612.189	601.214

A movimentação do imobilizado está apresentada a seguir:

	Controladora					
	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Valor Líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	-	-	-	47.601	47.601	47.601
Adições	-	-	-	152.729	152.729	152.729
Provisão desmantelamento	-	-	-	1.322	1.322	1.322
Depreciação	-	(953)	(953)	-	-	(953)
Transferências	201.652	-	201.652	(201.652)	(201.652)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	201.652	(953)	200.699	-	-	200.699
Adições	-	-	-	10.951	10.951	10.951
Provisão desmantelamento	-	-	-	289	289	289
Depreciação	-	(7.573)	(7.573)	-	-	(7.573)
Transferências	11.240	-	11.240	(11.240)	(11.240)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	212.892	(8.526)	204.366	-	-	204.366

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado					
	Em serviço			Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Valor Líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	-	-	-	149.995	149.995	
Adições	-	-	-	451.368	451.368	451.368
Provisão desmantelamento	-	-	-	3.917	3.917	3.917
Depreciação	-	(4.066)	(4.066)	-	-	(4.066)
Transferências	605.280	-	605.280	(605.280)	(605.280)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	605.280	(4.066)	601.214	-	-	601.214
Adições	-	-	-	32.842	32.842	32.842
Provisão desmantelamento	883	-	883	-	-	883
Depreciação	-	(22.750)	(22.750)	-	-	(22.750)
Transferências	32.842	-	32.842	(32.842)	(32.842)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	639.005	(26.816)	612.189	-	-	612.189

No exercício de 2018, o Grupo Neoenergia concluiu a análise sobre a vida útil de seus parques eólicos. Como resultado, foi considerada uma melhor estimativa, conforme as circunstanciais atuais, sobre a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos sendo considerado para as partes móveis 25 anos e para as partes fixas 40 anos ou limitado ao prazo da concessão, dos dois o menor, frente aos 25 anos considerados anteriormente.

10.FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Energia elétrica	2.776	4.064	6.629	4.068
Terceiros	21	5	187	9
Partes relacionadas	2.755	4.059	6.442	4.059
Encargos de uso da rede	184	160	2.173	480
Materiais e serviços	11.880	41.348	32.676	126.698
Total	14.840	45.572	41.478	131.246

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Controladora e Consolidado		
Empréstimos e Financiamentos	2018	2017
Moeda nacional		
BNDES	325.491	252.863
(-) Custos de transação	(1.241)	(1.401)
(-) Depósitos em garantia	(8.700)	-
Total empréstimo moeda nacional	315.550	251.462
Moeda nacional - Circulante	12.413	7.819
Moeda nacional - Não Circulante	303.137	243.643
Debêntures		
Lagoa 1	52.900	47.533
(-) Custos de transação	(1.490)	(1.703)
Total Debêntures	51.410	45.830
Debêntures - Circulante	6.462	1.110
Debêntures - Não Circulante	44.948	44.720
Endividamento Total	366.960	297.292
Endividamento Total - Circulante	18.875	8.929
Endividamento Total - Não Circulante	348.085	288.363

Abaixo, as condições contratuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures da controladora e das controladas em 31 de dezembro de 2018:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 31/12/2018
BNDES	Real	Investimentos	TJLP + 2,12% a.a	2034	Aval Neoenergia	212.737	325.491
Debenturistas	Real	Investimentos	100% IPCA + 7,3287%	2029	Aval Neoenergia	46.054	52.900
						258.791	378.391

11.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Controlada e Consolidado		
	Moeda nacional		Total
Passivo Circulante	Não Circulante		
Saldos em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Ingressos	145.516	245.383	390.899
Encargos	5.168	-	5.168
Variação monetária e cambial	5	212	217
Transferências	710	(710)	-
Amortizações	(140.762)	(295)	(141.057)
Pagamentos de juros	(3.420)	-	(3.420)
(-) Custos de transação	602	(947)	(345)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.819	243.643	251.462
Ingressos	2.455	70.339	72.794
Encargos	22.709	-	22.709
Variação monetária e cambial	72	1.931	2.003
Transferências	4.211	(4.211)	-
Amortizações	(7.354)	-	(7.354)
Pagamentos de juros	(17.499)	-	(17.499)
Mov. depósitos em Garantias	-	(8.700)	(8.700)
(-) Custos de transação	-	135	135
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.413	303.137	315.550

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A seguir apresentamos as captações do exercício:

Modalidade	Controladora e Consolidado		
	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
Financiamento	2034	TJLP	50.530
Financiamento	2034	TJLP	22.264
Taxa média e Total		7,18%	72.794

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2018		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2020	21.961	(129)	21.832
2021	21.961	(124)	21.837
2022	21.961	(118)	21.843
2023	21.961	(111)	21.850
2024	21.961	(111)	21.850
Após 2024	203.138	(513)	202.625
Total obrigações	312.943	(1.106)	311.837
(-) Depósitos em Garantias			(8.700)
Total			303.137

Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme segue:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,20

11.2 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Ingressos	-	46.209	46.209
Encargos	1.324	-	1.324
Pagamentos de juros	-	(1.761)	(1.761)
(-) Custos de transação	(214)	272	58
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.110	44.720	45.830
Encargos	5.367	-	5.367
(-) Custos de transação	(15)	228	213
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.462	44.948	51.410

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

	2018		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2021	2.888	(229)	2.659
2022	5.776	(203)	5.573
2023	5.776	(172)	5.604
2024	5.776	(172)	5.604
Após 2024	25.993	(485)	25.508
Total	46.210	(1.261)	44.949

Condições restritivas financeiras (covenants)

A escritura de emissão de debêntures contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora, conforme segue:

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA \leq 4,0
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro \geq 1,5

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A composição do saldo de provisões é como segue:

	Controladora		
	Contingências	Provisões	Total
	Cíveis	Desmantelamento	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	41	-	41
Constituição	-	1.322	1.322
Atualização	6	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2017	47	1.322	1.369
Constituição	-	289	289
Baixa/reversão	(15)	-	(15)
Atualização	3	151	154
Saldos em 31 de dezembro de 2018	35	1.762	1.797

	Consolidado		
	Contingências	Provisões	Total
	Cíveis	Desmantelamento	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	66	-	66
Constituição	3	3.917	3.920
Atualização	6	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2017	75	3.917	3.992
Constituição	-	883	883
Baixa/reversão	(15)	-	(15)
Atualização	7	449	456
Saldos em 31 de dezembro de 2018	67	5.249	5.316

Desmantelamento

Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

consideração a quantidade de MW total implantada nos empreendimentos. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar a obrigação.

A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico.

a) Processos judiciais

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Cíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, referente à ação de constituição de servidão administrativa com tutela antecipada de imissão na posse, para implantação da linha de transmissão do parque eólico.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

Fiscais

O Grupo possui um total estimado de R\$ 40.363 em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração das controladas motivados por:

(i) As controladas Lagoa 2 e Canoas, possuem um total estimado de R\$ 40.147 em ações tributárias de autos de infração fiscal lavrado pela Prefeitura Municipal de Sabugi /PB em razão do não recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

b) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, o Grupo realiza depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cíveis	31	-	59	-
Fiscais	137	29	208	55
Total	168	29	267	55

13.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 2018 houve integralização de capital na Companhia no montante de R\$ 30.096.

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 233.224 (2017 R\$ 203.091) e o capital integralizado é de R\$ 233.187 (2017 - R\$ 203.091) composta por 233.224.284 (2017 - 203.091.445) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), detidas integralmente pela Força Eólica do Brasil S.A.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(868)	5.051
Média ponderada das ações em circulação	233.187	203.091
Lucro (prejuízo) por ação	(0,00)	0,02

Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com a Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), as sociedades poderão reter parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, desde que previamente aprovado pela assembleia geral e sem prejuízo para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

14.RECEITA LÍQUIDA

As informações sobre a aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 na receita do Grupo de contratos com clientes estão descritas na Nota 3.6. Devido ao método de transição escolhido na aplicação do CPC 47 / IFRS 15, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(b) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos e contribuições				
PIS	(564)	(227)	(976)	(391)
COFINS	(2.596)	(1.043)	(4.494)	(1.799)
Encargos Setoriais				
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(95)	-	(298)	-
Total	(3.255)	(1.270)	(5.768)	(2.190)

15. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	(230)	(4.058)	(3.330)	(4.059)
Energia curto prazo - PLD	(3.185)	-	(7.827)	-
Créditos de PIS e COFINS	689	-	689	-
Taxa CCEE	(408)	-	(432)	-
Total	(3.134)	(4.058)	(10.900)	(4.059)
<u>Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição</u>				
Encargos de rede básica	(4.400)	(322)	(4.400)	(1.273)
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	(8.189)	-
Total	(4.400)	(322)	(12.589)	(1.273)
Total de Custos com Energia Elétrica	(7.534)	(4.380)	(23.489)	(5.332)

16. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONIAS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas	Controladora			Total
	2018	2017		
	Custos dos serviços	Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(298)	-	(298)	(51)
Material	(11)	(3)	(14)	(27)
Serviços de terceiros	(598)	(182)	(780)	(187)
Depreciação e amortização	(7.573)	-	(7.573)	(953)
Arrendamentos e aluguéis	(604)	-	(604)	(63)
Tributos	(27)	(6)	(33)	(2)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(182)	(137)	(319)	(19)
Total custos/despesas	(9.293)	(328)	(9.621)	(1.302)

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Custos/Despesas	Consolidado			Total
	2018		2017	
	Custos dos serviços	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	
Pessoal	(894)	-	(894)	(153)
Material	(25)	(15)	(40)	(49)
Serviços de terceiros	(1.896)	(303)	(2.199)	(531)
Depreciação e amortização	(22.750)	-	(22.750)	(4.066)
Arrendamentos e aluguéis	(1.600)	-	(1.600)	(252)
Tributos	(67)	(76)	(143)	(4)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(579)	(138)	(717)	(58)
Total custos/despesas	(27.811)	(532)	(28.343)	(5.113)

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Renda de aplicações financeiras	1.595	2.120	2.513	2.544
Variações monetárias e cambiais - Outras receitas	8	-	12	-
Atualização de depósitos judiciais	9	-	14	-
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(75)	(99)	(75)	(99)
Total	1.537	2.021	2.464	2.445
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(28.424)	(3.602)	(28.424)	(3.602)
Variações monetárias e cambiais - Dívida	(2.003)	(217)	(2.003)	(218)
Variações monetárias e cambiais - Outras despesas	-	-	(1)	-
IOF	(1.468)	(4.859)	(1.498)	-
Atualização provisão para contingências	(154)	-	(456)	-
Outras despesas financeiras	(283)	(509)	(311)	(5.431)
Total	(32.332)	(9.187)	(32.693)	(9.251)
Resultado financeiro líquido	(30.795)	(7.166)	(30.229)	(6.806)

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado			
	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	5.816	5.816
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.110)	(1.110)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	4.706	4.706
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	-	-	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	-	1.177	424
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	-	-	(597)	(215)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	-	-	580	209
Outros	-	-	(24)	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	-	-	556	209
Corrente	-	-	556	209
Recolhidos e Pagos	-	-	216	229
Compensados e deduzidos	-	-	340	-
Impostos antecipados a recuperar	-	-	-	(20)
	-	-	556	209

	Consolidado			
	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.348	1.348	6.716	6.716
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.110)	(1.110)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.348	1.348	5.606	5.606
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	337	121	1.402	505
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(3.152)	(891)	(235)	17
Efeito regime lucro presumido	(3.835)	(1.137)	-	-
Diferenças permanentes	683	246	-	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(2.815)	(770)	1.167	522
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	4.266	1.536	-	-
Outros	-	-	(24)	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.451	766	1.143	522
Corrente	1.451	766	1.143	522
Recolhidos e Pagos	979	599	406	345
A pagar	271	167	314	197
Compensados e deduzidos	201	-	417	-
Impostos antecipados a recuperar	-	-	6	(20)
	1.451	766	1.143	522

19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		Consolidado				Vencimento
		Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		
		2018	2017	2018	2017	
Receita/ (Compra) de Energia Elétrica						
NC ENERGIA S.A.	(a)	(2.149)	3.888	79.716	13.361	2019
		(2.149)	3.888	79.716	13.361	
Serviços Administrativos						
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(b)	(10.043)	(9.823)	-	-	Indeterminado

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

		(10.043)	(9.823)	-	-	
Dividendos e JSCP						
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(c)	(1.033)	(1.033)	-	-	2019
		(1.033)	(1.033)	-	-	

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

- Contrato de suprimento de energia elétrica de curto prazo firmado com a NC Energia. O contrato possui vigência até janeiro de 2019.
- Refere-se aos contratos de NDF (Non Deliverable Forward) recebidos pela FEB cujos direitos e obrigações são pertencentes as controladas Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas, R\$ 3.223 e contrato de compartilhamento de infraestrutura, que tem como objeto o compartilhamento de mão de obra necessária para a operação in loco dos parques eólicos Lagoa 1, Lagoa 2 Canoas.
- Refere-se aos dividendos a pagar para a controladora Força Eólica do Brasil S.A.

		Controladora				Vencimento
		Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		
		2018	2017	2018	2017	
Receita/ (Compra) de Energia Elétrica						
NC ENERGIA S.A.	(a)	(596)	40	28.553	40	2019
		(596)	40	28.553	40	
Serviços Administrativos						
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(b)	(3.347)	(3.274)	-	-	Indeterminado
		(3.347)	(3.274)	-	-	
Dividendos e JSCP						
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(c)	(1.033)	(1.033)	-	-	2019
LAGOA 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(c)	2.237	1.067	-	-	2019
CANOAS ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(c)	3.342	1.054	-	-	2019
		4.546	1.088	-	-	

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

- Contrato de suprimento de energia elétrica de curto prazo firmado com a NC Energia. O contrato possui vigência até janeiro de 2019.
- Refere-se aos contratos de NDF (Non Deliverable Forward) recebidos pela FEB cujos direitos e obrigações são pertencentes a controlada Lagoa 1 no valor de R\$ 3.223, e contrato de compartilhamento de infraestrutura, que tem como objeto o compartilhamento de mão de obra necessária para a operação in loco do parque eólico Lagoa 1.
- Refere-se aos dividendos a pagar para a controladora Força Eólica do Brasil S.A e dividendos a receber das controladas Lagoa 2 e Canoas.

19.1 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve remuneração aos administradores da Companhia.

20.GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros do Grupo segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

O Grupo está exposto a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez do Grupo, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2018, o Grupo mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 33.149 em fundos exclusivos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis das controladas do Grupo, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento do Grupo vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas futuras de mercado para os indexadores.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	315.550	600.651	-	36.693	37.056	37.421	37.790	38.162	413.529
Debêntures	51.410	96.976	-	-	4.105	7.974	11.745	11.573	61.579
Fornecedores	41.478	41.478	41.478	-	-	-	-	-	-

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas do Grupo incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais nos negócios de distribuição, transmissão, geração e comercialização.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, o Grupo segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional¹</u>	<u>Moody's</u>	<u>S&P</u>
Banco ABC	Aa2	AA-
Banco do Brasil	Aa1	
BNP Paribas		AA-
Bradesco	Aa1	AA-
Caixa Econômica Federal	Aa1	AA-
Citibank		AA-
Itaú	A1	AA-
Mizuho	Aaa	
Safra	Aa1	AA-
Santander	Aaa	AA-
Tokyo-Mitsubishi		AA-
Votorantim	Aa3	AA-

⁽¹⁾ Bank of America, HSBC, JP Morgan, Scotiabank e Sumitomo possuem ratings apenas em escala global

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros consolidados pelo Grupo. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2018	2017
Mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes e outros	14.462	22.216
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	34.227	28.269
Títulos e valores mobiliários	249	-

d) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.

- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo / Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	42.098	2.694	(674)	(1.347)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,9%	(52.900)	(5.529)	(413)	(826)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,0%	(325.491)	(29.782)	(5.720)	(11.441)

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

21. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, o Grupo utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais o Grupo possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 - São dados não observáveis para o ativo ou passivo.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos do Grupo, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível (*)	2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes e outros	2	14.462	14.462	22.216	22.216
		34.476	34.476	28.269	28.269
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	1	34.227	34.227	28.269	28.269
Títulos e valores mobiliários	2	249	249	-	-
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	41.478	41.478	131.246	131.246
Empréstimos e financiamentos	2	315.550	315.550	251.462	251.462
Debêntures	2	51.410	51.410	45.830	45.830

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Métodos e técnicas de avaliação

O Grupo entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso o Grupo entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, o Grupo entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo o Grupo mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

22.COMPROMISSOS

As empresas do Grupo possuem contrato de serviço de manutenção e instalações junto ao fornecedor ENGELMIG ENERGIA.

As controladas possuem também contratos com diversos arrendantes para entrega de área determinada com o objetivo de implantação de geradores eólicos.

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como seguem (*):

	Vigência	Consolidado					Após 2024
		2020	2021	2022	2023	2024	
Arrendamentos	2016 a 2050	1.308	1.361	1.416	1.472	1.531	39.814
ENGELMIG	2017 a 2020	435	-	-	-	-	-

(*) Não auditado.

23.SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Grupo está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Terrorismo	31/05/18 a 31/05/19	633.739	90
Responsabilidade civil ambiental	31/05/18 a 31/05/19	54.000	2
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/18 a 31/05/19	132.000	15
Catástrofes naturais	31/05/18 a 31/05/19	973.935	2
Veículos	31/05/18 a 31/05/19	100% FIPE	3
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/18 a 31/05/19	633.739	272

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.